

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 60/2024, da reunião ordinária de 13 de maio de 2024.**

XIII MANDATO

ATA N.º 60/2024

Reunião Ordinária Pública de 13 de maio de 2024

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, pelas nove horas e trinta minutos no Auditório do edifício da Junta de Freguesia de Padim da Graça, em Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS) **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Vítor Manuel Jorge Rodrigues** (CDU). -----

Secretariou: Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período de antes da ordem do dia. -----

-----Iniciou o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, para manifestar a sua preocupação pelo facto de nenhuma das praias fluviais do Concelho constar da lista das 356 praias que a associação ambientalista Quercus classificou no corrente ano com “Qualidade de Ouro”. Afirmou que se trata de “um bem essencial”, cuja qualidade se tem vindo a “deteriorar” e que a lista apresentada pela Quercus na presente semana atribui 17 prémios no distrito, e zero ao concelho de Braga questionando porque é que a água tem “extrema qualidade até à Ponte do Porto e da ponte do Porto para baixo já não apresenta os mesmos resultados”. Referiu, ainda, que “em 2015 as praias fluviais tinham qualidade de ouro e se a validação é feita nos cinco anos anteriores a este prémio, então do passado veio a água de excelência e neste momento não está, e se da Póvoa de Lanhoso recebemos a água com qualidade de ouro e não a

conseguimos entregar da mesma forma a Barcelos e isso dá que pensar”. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, explicou que a Quercus elabora a referida lista “com base numa situação duradoura, uma análise por cinco anos em que basta haver uma ocorrência nesse período para certificação ‘ouro’ ficar posta em causa”. Lembrou que nesse período houve algumas ocorrências que levaram, inclusive, à inibição da prática banhar em algumas das nossas praias fluviais. Notou ainda que “Braga não teve responsabilidade direta” nessas ocorrências. Essas situações que se verificaram, que não são incompatíveis com o facto de “hoje, de acordo com os critérios rigorosos da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), conseguimos ter três praias com a bandeira azul que é também um certificado da qualidade das águas dessas mesmas praias e das suas águas”. Prosseguiu, afirmando não haver preocupações sobre novas ocorrências que prejudiquem a qualidade das águas, fazendo fé no facto de que “municípios vizinhos e a Águas do Norte” garantem que “essas situações estão resolvidas e não se irão repetir”. Tomou a palavra o Vereador da **Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, realçando que Braga tem hoje três praias com bandeira azul, (Adaúfe, Ponte do Bico e Merelim S. Paio), atribuídas pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) e a qualidade das águas tem vindo a ser atestada pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Seguiu a intervenção do **Vereador do PS, Artur Feio**, para alertar quanto ao encerramento, durante a noite, do parque de estacionamento do supermercado Lidl de Infias, onde alegou que o mesmo é público e questionou qual o tipo de acordo subjacente à utilização do referido parque. Afirmou ainda que, “desde a abertura daquele espaço foi dada a informação que se trata de um parque privado com usufruto público” e que os moradores têm verificado que, a partir da 22h00, aquela superfície fecha o acesso ao parque, uma medida que se torna mais gravosa pelo facto de ali se encontrarem instalados postos de carregamentos de veículos elétricos. Prosseguiu, para questionar igualmente, se estão a ser pensadas medidas para resolver o facto do parque do Burger King se encontrar aberto até às 4h00 da madrugada, sem que estejam abertas casas de banho ou estruturas de apoio, causando queixas acerca do barulho e da falta de limpeza. Em resposta ao assunto do parque de estacionamento do Lidl, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que a câmara vai apurar junto dos seus serviços qual o modelo de licenciamento do referido parque, sendo que existem situações diversas no concelho, mas que será aplicado o modelo licenciado. Informou ainda que, o “facto de o acesso ser público durante um período não garante que o licenciamento tenha sido feito para atingir essa acessibilidade durante 24 horas”. Reforçou que as condições de licenciamento irão ser apuradas e “se for esse o caso, obviamente que o Lidl não poderá restringir o acesso ao parque de estacionamento.” Para concluir, informou que, em relação à situação do Burger King, o Município não tem possibilidade de atuar. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que iniciou a intervenção para questionar

acerca do piso do campo de ténis da Rodovia e quando arrancam as obras. Em resposta, a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, explicou que o início da obra está a “demorar mais do que aquilo que seria suposto” referindo que a obra para arrancar e se poder colocar o piso deveriam ter quatro semanas de tempo estável, “sem chuva e quente, o que não tem sido fácil” acrescentando que preveem que as obras arranquem daqui a um mês. Interveio de seguida, o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para questionar o ponto de situação do projeto de georreferenciação do percurso da ribeira, no âmbito do processo de instalação do projeto Supera. De seguida, perguntou para quando a finalização das obras do projeto de requalificação e ampliação do centro coordenador de transportes. Prosseguiu, ainda com o assunto que levou a associação de moradores do Bairro das Enguardas, em Braga, a travar a realização de obras nas áreas comuns dos seus prédios, ao abrigo do programa 1º Direito, por temerem vir a ficar sem as casas. Informou, que “os moradores dizem que houve uma tentativa por parte da Bragahabit de limitar os seus direitos de propriedade, por via da intervenção do PRR”, acrescentando que “não deixou de ser colocada aos moradores, de forma mais ou menos subreptícia, a questão de prescindirem de alguns direitos de propriedade para se fazerem obras”. Sensibilizou ainda, que quer neste bairro como noutros se façam as intervenções necessárias, sem colocar em causa a propriedade. Finalizou a sua intervenção demonstrando a sua solidariedade e preocupação com a circular que o partido recebeu dos Bombeiros, alusiva a mais e melhores condições de trabalho. Em resposta ao Projeto Supera, o Presidente da Câmara, Ricardo Rio, passou a palavra ao **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que explicou que as obras arrancarão em breve uma vez que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) deu como assente que a ribeira de S. Victor desapareceu, tendo-se esvaído por uma série de coletores de águas pluviais, “não há qualquer vestígio da presença da ribeira e segundo a APA, isto é algo comum e frequente em tecido urbano”. Acrescentou ainda que a ribeira já nem era referenciada na carta militar de 2015. Em resposta à questão do projeto de requalificação e ampliação do centro coordenador de transportes (antiga central de camionagem) o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que o mesmo já está em fase de conclusão. Prosseguiu, para responder ao assunto do Bairro das Enguardas, explicando que “o modelo que esteve sempre em cima da mesa em relação às Enguardas foi exatamente o mesmo modelo que se aplicou ao Bairro das Andorinhas, que já está em fase final de execução com os benefícios que os próprios moradores atestam. Afirmou que é um modelo que preconiza a melhoria das condições de dignidade para os moradores e também uma dimensão muito importante que é a melhoria dos níveis de eficiência energética e de sustentabilidade dos imóveis e que “não há do ponto de vista do caderno de encargos nenhuma redundância com aquilo que foi a execução de obras anteriores”, garantindo que “são trabalhos que era necessário fazer para

concretizar estes objetivos. Acrescentou ainda que: “se os moradores entendem que nestas circunstâncias não querem avançar com as obras, como aparentemente alguns deles decidiram nas reuniões de condomínios, não irão avançar”. Em resposta à preocupação do Vereador da CDU, Vítor Rodrigues, quanto à situação dos bombeiros o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio** afirmou estarem solidários com os Bombeiros sendo uma preocupação de todo o executivo. -----

Pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, foram propostos os seguintes votos de louvor: -----

---- **Voto de Louvor** ao atleta Ricardo André, do Clube de Caçadores de Braga, que se sagrou Campeão Europeu, de tiro às hélices, em representação coletiva de Portugal, no 56º Campeonato Europeu, que se realizou no Clube Industrial de Pevidém, entre o dia 30 de abril e 05 de maio. **Aprovado por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor** à atleta Mafalda Moreira, que se sagrou, pela quarta vez consecutiva, Campeã Nacional de Kunité Juvenil (- 40kg), no Campeonato Nacional de Infantis, Iniciados e Juvenis, em Ponte de Sôr. **Aprovado por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor** à equipa APD, Basquetebol em Cadeira de Rodas, que conquistou a Taça de Portugal, em jogo realizado em Leiria, no dia 05 de maio, levando de vencida em Basket Clube de Gaia. **Aprovado por unanimidade.**

---- **Voto de louvor** à equipa feminina de bilhar do Sporting Clube de Braga, na modalidade de Pool feminino, constituída pelas atletas Sara Rocha, Ana Oliveira, Marlene Pereira Mayte Roperro, vencedora da Taça de Portugal, prova realizada no dia 10 de maio em Soure. **Aprovado por unanimidade.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura ao período da ordem do dia. -----
Para **conhecimento e informação**, foi presente o **resumo da tesouraria, referente ao dia 07 de maio de 2024**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

1. Aprovação das atas n.º 58 e 59 de 2024, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara,**

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa. O Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues, não participou na votação de acordo com o número 5 do artigo 17º do Regimento da Câmara Municipal de Braga; A ata nº 59 foi aprovada por unanimidade. -----

2. Ratificação do SIADAP 1 de 2023. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, ratificação das avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo a seguir identificadas: **a)** Presidente - Ricardo Rio - Departamento de Cultura e Turismo (DCT): Bom - Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias (DCTAF): BOM - Divisão de Funding, Fundos Comunitários e Relação Internacionais (DFFCRI): BOM; **b)** Vice-Presidente – Sameiro Araújo - Direção Municipal de Gestão (DMG): BOM - Divisão de Desporto, Juventude, Associativismo e Participação Cívica (DDJAPC): BOM; **c)** Vereador - Altino Bessa - Companhia de Bombeiros Sapadores (CBS): BOM - Divisão do Ambiente, Alterações Climáticas e Política Animal (DAACPA): BOM - Divisão de Proteção Civil (DPC): BOM; **d)** Vereadora – Olga Pereira - Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM): BOM - Divisão de Polícia Municipal (DPM): BOM – **e)** Vereador – João Rodrigues - Direção Municipal de Gestão do Território (DMGT): BOM; **f)** Vereadora – Carla Sepúlveda - Departamento de Educação e Coesão Social (DECS): BOM. **Deliberado ratificar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----**

3. Aprovação do Aditamento ao Contrato Empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de €15.000.000 - Plano de intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação do Aditamento ao Contrato Empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de

€15.000.000 - Plano de intervenção em Vias Municipais e Iluminação Pública, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, celebrado no dia 9 de janeiro de 2024. Da devolução do processo pelo Tribunal de Contas, é necessário efetuar um aditamento ao Contrato de Empréstimo que altera o n.º 2 e elimina o n.º 3 da Cláusula Nona desse contrato. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.”

Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com as abstenções dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. -----

4. Proposta de Transmissão dos Lotes A0, A1 e A2, do Parque Industrial de Adaúfe, pertencentes à sociedade Torneiras Roriz, S.A. para a sociedade Liquid Gold, Lda. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de transmissão dos Lotes A0, A1 e A2, do Parque Industrial de Adaúfe, pertencentes à sociedade Torneiras Roriz, S.A. para a sociedade Liquid Gold, Lda. na condição de se manter a cláusula de reversão a favor do Município caso seja dado aos terrenos fim diverso do que foi autorizado e no caso de haver transmissão ou cedência dos terrenos sem que, previamente, tenha sido requerida e obtida a aprovação por parte da Câmara. Mais se propõe que seja fixado o prazo de um ano para apresentação do projeto e de 3 anos para a conclusão das obras, desse modo concretizando o previsto no artigo 10.º do Regulamento respeitante ao Regime de Alienação de Terrenos para Fixação de Indústrias e vinculando a empresa que vier a adquirir os lotes a um prazo para dar cumprimento aos objetivos de criação de emprego, diversificação e/ou modernização da malha industrial existente e impacto sobre o ambiente. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa** -----

5. Proposta de atribuição de topónimo a uma artéria localizada União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente) – Travessa do Carreiro. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de topónimo a uma artéria, situada no Lugar de Carreiro, da extinta freguesia de Escudeiros, atualmente integrada na União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente): Atribuição de Topónimo - Artéria Proposta (A) Travessa do Carreiro - Início – Rua do Carreiro - Fim – Sem Saída.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

6. Proposta de atribuição de topónimo a uma artéria localizada União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente) – Rua da Longra. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de topónimo a uma artéria, situada no Lugar de Longra, da extinta freguesia de Escudeiros, atualmente integrada na União das freguesias de Escudeiros e Penso (Santo Estêvão e São Vicente): Atribuição de topónimo - Artéria Proposta (A) Travessa da Longra - Início – Rua da Longra - Fim – Sem Saída” **Deliberado aprovar por unanimidade.**-----

7. Proposta de Atribuição de Topónimo a uma artéria situada no Lugar do Cruzeiro / Pinheiro da freguesia de Ferreiros. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de atribuição de topónimo a uma artéria situada no Lugar do Cruzeiro ou Pinheiro, atualmente designado Bairro do Senhor do Livramento ou Loteamento de Ferreiros, da União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves: Atribuição de topónimo - Artéria Proposta (A) - Travessa Marcelino de Araújo - Início – Rua Marcelino Araújo - Fim – Rua Frei José Vilaça”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

8. Pedido de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a proposta de Reconhecimento de Interesse Público Estratégico para as atividades desenvolvidas pela empresa VANIBRU – Comércio de Produtos Alimentares, Lda., para que se obtida deliberação favorável, se possa proceder ao respetivo procedimento de discussão pública por um período de 20 dias conforme dispõe o número 3º, do artigo 32.º, da Secção VI – “Empreendimentos Estratégicos” do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (Aviso n.º11741 do Diário da República n.º 201, 2ª série, de 14 de outubro de 2015) conjugado com o disposto no artigoº 89.º, Divisão II – “Planos Municipais” do Decreto-lei n.º80 de 15 de maio de

2015. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. **Projeto de Regulamento do Programa Município Atento – Consulta Pública.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta para a submissão do projeto de regulamento em epígrafe a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. **Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio à Participação Olímpica e Paralímpica – início do procedimento.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de aprovação da abertura do Início de Procedimento da Primeira Alteração ao Regulamento de Apoio à Participação Olímpica e Paralímpica, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo. Tudo de acordo com os documentos que fazem parte do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

11. **Projeto de Regulamento de Atribuição do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana - Reabilita Braga – aprovação final.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, para os efeitos constantes da alínea k) do n.º 1, do artigo 33.º e da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação, o Projeto de Regulamento de Atribuição do Prémio Municipal de Reabilitação Urbana - Reabilita Braga. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

12. **Proposta de ratificação de Protocolo celebrado para Exposição da Obra «I'll be your Mirror» de Joana Vasconcelos, no Mercado Municipal de Braga.** Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a ratificação nos termos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, do Protocolo, celebrado com a LIVING MARKETS I, S.A. e a SIERRA PORTUGAL, S.A., referente à cedência temporária, ao Município de Braga, da Peça de escultura denominada “I’LL BE YOUR MIRROR, 2018” da autoria da artista Joana Vasconcelos, que será exposta na Praça do Comércio, em Braga, no período de 09 de maio de 2024 até 31 de dezembro de 2025. Tudo de acordo com os documentos que fazem

parte do processo.” **Deliberado ratificar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues.** -----

13. Protocolo Cooperação European Police & Fire Games. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta do protocolo em epígrafe de acordo com a alínea u), do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, para que este órgão delibere: a) Aprovar a minuta de protocolo entre o Município de Braga e a Associação European Police & Fire Games, acordando e definindo a forma de organização dos X European Police & Fire Games; b) Aprovar o apoio financeiro junto da Associação European Police & Fire Games, no valor de 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros), no sentido de compartilhar as despesas inerentes à realização dos X European Police & Fire Games”. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

14. Protocolo Município Braga – ARS Norte / Intervenções PRR Unidades Saúde – Ratificação. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de ratificação da aprovação dos contratos-programa abaixo identificados, cujas verbas se encontram financiadas em sede de PRR, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, na sua versão atual, tudo de acordo com os documentos que constam do processo: a) Requalificação da Unidade de Saúde Paulo Orósio – 1.600.000,00€; b) Construção da Unidade de Saúde de Esporões – 1.000.000,00€.” **Deliberado ratificar por unanimidade.** -----

15. Proposta de adesão do Município de Braga à COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação. Presente a seguinte proposta: Submete-se, à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal, e subsequente remessa a visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 53.º, por remissão do n.º 4 do artigo 56.º, ambos do RJAEPL em conjugação com a alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º e a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais): **a) A adesão do Município de Braga à "COTEC"; b) A autorização para realização de despesa no montante de 5.000€ (cinco mil**

euros), para pagamento da respetiva cota anual; c) A aceitação dos estatutos da associação. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para informar que o seu voto contra foi motivado pela falta de sentido de um município fazer parte de uma associação essencialmente empresarial, e que tem inclusive participações em empresas, o que, no seu entender, torna a questão ainda mais delicada. Referiu, que os objetivos invocados para esta adesão devem antes traduzir-se na celebração de protocolos e parcerias, dando o exemplo de que não faria sentido estruturas representativas do meio empresarial, como a Associação Empresarial de Portugal (AEP) ou a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) tornarem-se membros da Associação Nacional de Municípios. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com o voto contra do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

16. Proposta de celebração de um contrato-programa entre o Município de Braga e a Associação de Festas de São João de Braga. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de celebração do contrato-programa a celebrar entre o Município de Braga e a Associação de Festas de S. João de Braga, no valor de 325.000,00€, tudo de acordo com os documentos constantes do processo. “Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, para explicar a razão de o Município ter aumentado o seu apoio às festas de S. João de 50 mil para 120 mil “Vínhamos recebendo, de alguns anos a esta parte, a reivindicação da Associação de Festas de um reforço da nossa verba para comportar os custos com que a Associação se estava a confrontar. Fomos resistindo, mas este ano era impossível manter a verba anterior sem criar dificuldades financeiras à Associação. Assim, vamos aumentar dos 50 mil para 120 mil euros para este ano.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

17. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º

da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: **a)** Junta de Freguesia de Sobreposta, para execução da obra denominada “Requalificação parcial e Alargamento do Caminho Entre Casas”, no valor de 43.476,43€; **b)** Junta de Freguesia de Adaúfe, para execução da obra denominada “Reparação de grelha de escoamento de águas pluviais - Rua de Baixo”, no valor de 1.166,00€; **c)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Intervenção na cobertura dos balneários e bar do ringue de Penso S. Vicente”, no valor de 30.175,02€; **d)** União de Freguesias de Escudeiros e Penso (Sto. Estêvão e S. Vicente), para execução da obra denominada “Requalificação do campo de ténis em Escudeiros”, no valor de 30 690,96€; **e)** União de Freguesias de Sta. Lucrecia de Algeriz e Navarra, para execução do projeto denominado “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua da Costa”, no valor de 8 815,00€.”

Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----

18. Atribuição de apoios financeiros a freguesias. Presente a seguinte proposta: Submetem-se, à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros: **a)** União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, no valor de 10 000,00€, para apoiar a “Aquisição de carrinha para apoio da Freguesia”; **b)** União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães, no valor de 13 583,90€, para apoiar as “Reparações na Capela Mortuária de Parada de Tibães”; **c)** União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), no valor de 4 661,96€, para apoiar os “Honorários/Projeto - Reabilitação da Sede da Junta de Passos (S. Julião)”; **d)** Junta de Freguesia de Padim da Graça, no valor de 11 740,00€, para apoiar os “Trabalhos realizados no Edifício da Sede da Junta e sua envolvente”; **e)** União de Freguesias de Lomar e Arcos, no valor de 19 441,38€, para apoiar a “Requalificação do Interior da Junta de Freguesia de Arcos. **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação. -----**

19. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Deferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se para apreciação do Executivo Municipal, para posterior conhecimento da Assembleia Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16º e artigo H-1/17º; **b)** Do n.º 4 do artigo H-1/16º - reconhecimento do manifesto e relevante interesse municipal. **Deliberado aprovar por**

unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

20. Isenção de taxas e outras receitas municipais - Proposta de Indeferimento. Presente a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadradas no artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º e no artigo H-2/5º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado indeferir por unanimidade.** -----

21. Concessão de incentivos no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, a proposta de decisão, elaborada pela InvestBraga, acompanhada dos documentos constantes do processo, relativa à seguinte candidatura ao Regime de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, em conformidade com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, publicado em Diário da República 2.ª série, n.º 152, de 9 de agosto de 2016, com o nº 789/2016: JF-FORCE - Reabilitação e Construção de Edifícios, Lda.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

22. Programa Braga + Saúde – Reforço Orçamental. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta do programa em epígrafe de acordo com as alíneas u) e v) do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que este órgão delibere aprovar o reforço da rubrica afeta ao programa Braga + Saúde em 50.000,00€, passando a ser alocada a esta resposta municipal um orçamento total de 75.000,00€. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

23. Organização Conjunta dos XV Jogos do Eixo Atlântico - Município de Braga e Município de Vila Nova de Famalicão. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta em epígrafe de acordo com a alínea u), do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que este órgão delibere: a) A aprovação da minuta de protocolo tripartido entre o Município de Braga, o Município de Vila Nova de Famalicão e o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, definindo o modus operandi que define a organização dos XV Jogos do Eixo

Atlântico; b) A afetação de uma dotação orçamental prevista até ao montante máximo de 190.000,00€ (cento e noventa mil euros) para as despesas inerentes à organização dos XV Jogos do Eixo Atlântico; c) A aprovação de uma transação financeira para o Município de Vila Nova de Famalicão, até ao montante máximo de 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), para a divisão total das despesas, em percentagens iguais, referentes à organização dos XV Jogos do Eixo Atlântico.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

24. Estratégia Municipal de Educação Ambiental – Versão Final. Presente a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta da Estratégia Municipal de Educação Ambiental - Versão final. Tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

25. Plano Municipal de Ação Climática - Versão Final. Presente a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta do Plano Municipal de Ação Climática - versão final. Tudo de acordo com os documentos constantes do processo”. Tomou a palavra o **Vereador da CDU, Vítor Rodrigues**, para comunicar que das sugestões por si referidas, em nome da CDU, nenhuma foi contemplada no plano Municipal de Ação Climática. Em forma de resposta, o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Altino Bessa**, transmitiu que de todas as sugestões rececionadas, foram acolhidas cerca de 80%. **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e com a abstenção do Vereador da CDU, Vítor Manuel Jorge Rodrigues. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação.** -----

26. Proposta - Normas de Participação no Programa “Férias da Quinta” 2024 (6ª edição). “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, as Normas de Participação no Programa “Férias da Quinta” 2024 (6ª edição) nos termos das alíneas d), f) e k) do número 2 do artigo 23.º e a alínea u), do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual. Tudo de acordo

com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

27. Aprovação da ata em minuta. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- Iniciou o **cidadão Carlos Dobreira**, que consentiu com a divulgação dos dados pessoais e questionou se o acervo documental relativo à antiga Estação Elevatória de Água (EEA) está salvaguardado, se vai ser incorporado no Arquivo Municipal de Braga, e qual o ponto de situação da criação do Centro Interpretativo da Água. De seguida, como **segunda** questão quis saber para quando a revisão da Carta Educativa do Município de Braga tendo em conta as transformações sociais, educacionais, culturais, demográficas e requalificação de estabelecimentos de ensino ocorridas desde dezembro de 2018. Seguiu com uma **terceira** questão, abordando para quando a requalificação do parque infantil de Adaúfe. Como **quarta** questão quis saber se está prevista alguma intervenção de requalificação na EB1 de Ortigueira em Palmeira. Por **último**, questionou qual o ponto de situação em relação à construção da Estação de tratamento de águas residuais do Este (ETAR), uma vez que em fevereiro de 2024 a AGERE aguardava um aval da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) por forma a avançar com a construção. Em resposta à questão da antiga Estação Elevatória de Água o Sr. Presidente passou a palavra ao **Administrador da AGERE, Rui Morais**, que informou que o objetivo é criar um laboratório e já estabeleceram um protocolo com o IBS para que, além do centro interpretativo da água possa ser o “tal laboratório vivo” que o IBS e a AGERE pretendem, que tenha a capacidade de receber cientistas da europa para que possam ser feitos estudos e investigação na base do rio Cávado. Em resposta à questão da ETAR, o **Administrador da AGERE, Rui Morais**, referiu que após as reuniões que tiveram com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), a ETAR do vale do Este está inserida no programa nacional de investimento do vinte trinta (2030), que era um dos passos para que no presente se possa reforçar a questão do financiamento via Portugal 2030. Para responder às questões do parque infantil e da escola da Ortigueira foi dada a palavra, pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio, à **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, para informar que está a ser coordenada com a Junta de Freguesia a melhor estratégia para a resolução do problema do parque infantil de Adaúfe. Em relação à escola da Ortigueira, esclareceu que o problema é bem mais amplo do que apenas a zona do recreio

coberto e as tabelas de basquete. Serão necessárias variadas intervenções na escola e como se trata de uma obra com um valor significativo, foi feito projeto de arquitetura, que no presente momento por obrigações legais se encontra em revisão, mas espera poder abrir concurso público, ainda antes do verão. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que quanto à Carta Educativa esclareceu que a mesma está em revisão, que estão a ser realizados inquéritos às escolas e que o período de auscultação ainda se encontra a decorrer, mas prevendo-se finalizar até final do corrente ano. Prosseguiu ainda para informar que a carta educativa está a ser feita em conjunto com Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado)". -----

----- **Tomou a palavra a cidadã Sameiro Carvalho** que consentiu com a divulgação dos dados pessoais e informou que as obras prometidas pela Bragahabit na sua residência ainda não arrancaram ao contrário de um vizinho que já tem a obra a decorrer em sua casa. Em resposta, **o Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que a cidadã teria que aguardar que chegasse a sua vez na realização da referida obra e passou a palavra ao **Administrador da Bragahabit, Carlos Videira** que lembrou já ter reunido com a cidadã onde lhe deu toda a informação necessária e informou a mesma que as obras no interior do prédio arrancariam entre o dia 16 e o dia 21 do corrente mês. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: às 11h30 e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Mónica Alexandra Machado Gonçalves Castro, da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos.